

RELATÓRIO *de Gestão*

DA CORREGEDORIA
DE JUSTIÇA
DAS COMARCAS
DO INTERIOR

BIÊNIO
**2019
2021**





RELATÓRIO *de Gestão*
DA CORREGEDORIA
DE JUSTIÇA
DAS COMARCAS
DO INTERIOR **BIÊNIO 2019
2021**

BELÉM

2021

Composição da Corregedoria

CORREGEDORA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
Desembargadora **DIRACY NUNES ALVES**

JUÍZES CORREGEDORES
Juíza **Patrícia de Oliveira Sá Moreirae**
Juíza **Kátia Parente Sena**

GABINETE DA DESEMBARGADORA CORREGEDORA
Fabiola Ingrid Rodrigues Barata Santos – Chefe de Gabinete
Lorena Ramos Do Vale
Milse Betânia Pedrosa Nogueira
Nubia Leticia Almeida De Souza

ASSESSOR TÉCNICO ADMINISTRATIVO
Juliane Priante

ASSESSORIA JURÍDICA
Bianca Pereira Maia
Carlos Roberto Guimarães Pinheiro
Simmy Benayon Oliveira Sabbá
Thaiza Martins Pereira Suano De Farias
Tatyane Cristina Garcia Da Silva
Luana Nunes Bandeira Soares

GABINETE DOS JUÍZES CORREGEDORES
Mônica Cristina de Azevedo Honda
Rosemary Neves Teixeira
Jamille do Amaral Sales
Paola Watrin Pimenta Menescal
Jaime Dias Lima

SECRETARIA DA CORREGEDORIA DO INTERIOR
SECRETÁRIA JUDICIAL
Rogério Santiago Da Silva Mendes – Diretor de Secretaria
Marianne Piedade Lourenço
Luzivaldo Pantoja De Lima
Simone Moreira Almeida
Marinilsa Carvalho Serrão
Kleidir Vale Coelho

DIVISÃO JUDICIÁRIA
Jorgina Ascensão da Costa Teles – Chefe da Divisão
Marinalva Souza Santa Rosa
Sidney Augusto da Silva Garcez
Cláudio de Barros Paes Júnior
Seção de Registro das Atividades
Jacivaldo Benedito Pires do Amaral
Cláudio de Barros Paes Júnior

DIVISÃO ADMINISTRATIVA
Luiz Antônio dos Santos Angelim – Chefe da Divisão
Nirene Coelho Viana
Seção de Protocolo de Documentação
Augusto Nazareno Gonçalves Da Silva Júnior
Max Afonso Nascimento Da Silva

Relatório de Atividade

Ante ao encerramento do biênio 2019/2021, é chegada a hora de prestar contas das atividades desenvolvidas à frente da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior por força do mandato que me foi outorgado pelos integrantes deste Tribunal de Justiça.

Destaco que o trabalho realizado objetivou dar seguimento às iniciativas e ao êxito de meus antecessores em prol do aprimoramento da primeira instância e por consequência do Poder Judiciário Paraense.

As atividades correccionais foram voltadas a aconselhar, dar apoio e traçar metas em proveito dos juízes de direito e das unidades judiciárias, e

para tanto, nas correições presenciais realizadas no ano de 2019, contei com o apoio e a presença do Exmo. Sr. Desembargador Presidente, Leonardo de Noronha Tavares e de sua equipe técnica.

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia da Covid-19, trazendo incertezas e a necessidade premente de unidades judiciais 100 % digitais.

Com o advento da crise, a Corregedoria de Justiça e os demais órgãos de direção e cúpula do Tribunal de Justiça do Estado do Pará empreenderam esforços no sentido de garantir a continuidade dos trabalhos jurisdicionais.

A Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior, diante do cenário de trabalho 100 % di-

gital, implementou novas dinâmicas internas, e para tanto, se utilizou da Plataforma Microsoft Teams, como ferramenta para orientar magistrados e servidores com a realização de diversos Webinários.

Saliento ainda, a implantação do Sistema Processual Eletrônico das Corregedorias (PJeCor), sistema informatizado único das Corregedorias, por meio do qual tramitarão os processos de competência dos órgãos censors do Poder Judiciário nacional, tendo o TJPA participando da 2ª fase do projeto piloto da Corregedoria Nacional de Justiça.

A atividade censória exercida em relação aos

magistrados de 1º grau, inevitável nos órgãos correccionais, foi tratada com seriedade própria e rigor necessário.

Não poderia deixar consignar, que no enfrentamento desse desafio, contei com a dedicação e a colaboração das Juízas Auxiliares Kátia Parente Sena e Patrícia Oliveira Sá Moreira e com os esforços dos funcionários da Corregedoria das Comarcas do Interior, que laboraram incessantemente para alcançarmos os resultados obtidos.

Após esta breve introdução, apresento as principais atividades desenvolvidas pela Corregedoria das Comarcas do Interior no biênio 2019/2021.

Índice

RELATÓRIO DE ATIVIDADE	6
CORREIÇÕES GERAIS	10
ATIVIDADE EXTRAJUDICIAL.....	27
NORMATIZAÇÃO	33
IMPLANTAÇÃO DO PJECOR.....	35
REUNIÕES VIRTUAIS.....	39

PROJETO RENOVAR.....	41
CURSO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E SINDICÂNCIA.....	42
ENCONTROS	44
WEBINÁRIOS	51
PRODUTIVIDADE.....	57

CORREIÇÕES GERAIS

1. Disposições Gerais

No biênio 2019/2021, cumprindo com as atribuições das Corregedorias de Justiça em realizar Correições Ordinárias, Extraordinárias e Virtuais, foi realizado o cronograma a seguir apresentado.

A CJCI editou a Ordem de Serviço nº 01/2019, disciplinando os procedimentos a serem observados na realização das correições ordinárias e extraordinárias em seu âmbito.

Implementamos uma nova forma de trabalho para as correições ordinárias, e desde então, a Corregedora se deslocou pessoalmente tendo, alternadamente, a companhia de uma das juízas auxiliares, em todas as unidades judiciais e extrajudiciais, para realizar trabalhos de inspeção e acompanhar mais de perto a realidade e a rotina de cada vara e serventia extrajudicial.

As correições ordinárias passaram a ter um novo papel, que não só o de apontar erros, objetivou-se com elas primordialmente, orientar e colaborar com as unidades judiciárias.

Para tanto, a CJCI contou nas correições presenciais do ano de 2019, com o apoio de equipe técnica da Presidência, que passou a integrar a equipe de correição, promovendo o necessário treinamento de servidores ante as novas perspectivas do Judiciário Brasileiro.

O novo perfil dado as correições presenciais

trouxeram grandes reflexos nos dados do IEJud das comarcas corrigidas, aliados a valiosa participação de magistrados, servidores e colaboradores.

Entre os meses de março e dezembro de 2019, foram inspecionadas 16 comarcas do interior, tendo o Exmo. Sr. Des. Leonardo de Noronha Tavares, Presidente deste Egrégio Tribunal de Justiça participado das correições realizadas nas Comarcas de Marapanim, Baião, São Felix do Xingu e Ourilândia do Norte, e sua presença nas unidades judiciais citadas foi de vital contribuição para os avanços alcançados.

Na Comarca de Marabá, implementamos a Correição Integrada (18 a 22/11/2019), e como preparação do trabalho, magistrados e servidores obtiveram treinamento sobre “Técnicas de Negociação com ênfase em Gestão de Pessoas”, ministrado pelo Professor Juiz Rafael Maia.

O novo perfil de correição teve como aliado o sistema de reuniões por meio da plataforma de comunicação microsoft. teams, que passou a ser utilizado por esta Corregedoria como um canal rápido de diálogo com os magistrados do interior, permitindo que antes das correições pudéssemos repassar orientações aos magistrados sobre a forma como os trabalhos seriam conduzidos.



2. Correições ordinárias presenciais

2.1 – Comarca de Cametá

A correição se deu na 1ª e 2ª Varas de Cametá e em 9 (nove) serventias extrajudiciais, sendo os trabalhos presididos pela MM. Juíza Corregedora Kátia Parente Sena.

2.2 – Comarca de Bragança

Na Comarca de Bragança, os trabalhos correccionais ocorreram nas duas Varas Cíveis, na única Criminal e no Juizado Especial. Também foram inspecionados 12 (doze) Cartórios Extrajudiciais, da sede e dos distritos. Na ação correccional foram verificadas a quantificação e movimentação processual, com tempo médio de tramitação dos feitos, a produtividade dos magistrados, as condições de trabalho e das instalações da Comarca.

2.3 Igarapé-Miri

Na Comarca de Marapanim, foi correccionada a Vara única e 5 (cinco) serventias extrajudiciais.



2.4 Marapanim

Em Marapanim, a Vara Única foi correccionada, de igual forma. Apenas uma serventia foi correccionada – sede, eis que não existem outras na Comarca. A correção contou com a presença do Presidente do Tribunal de Justiça, Des. Leonardo de Noronha Tavares, que na oportunidade expôs o plano de gestão para o biênio 2019-2021, com as iniciativas estratégicas que já vinham sendo implementadas no Judiciário paraense e que abrangem todas as unidades judiciais do Estado.



2.5 Baião

Na Comarca de Baião a correção ocorreu na Vara única e em 3 (três) serventias extrajudiciais.





2.6 São Felix do Xingu

Na Comarca de São Felix do Xingu a correição ocorreu na Vara única e no Cartório do Único Ofício de São Felix do Xingu. O Presidente do Tribunal de Justiça, Des. Leonardo de Noronha Tavares acompanhou os trabalhos.



2.7 Ourilândia do Norte

Na Comarca de Ourilândia do Norte foi correcionada a Vara Única e o único Ofício – Sede.

2.8 Novo Progresso

Na Comarca de Novo Progresso as duas Varas foram correcionadas – Cível e Criminal. De igual forma, o Único Ofício de Novo Progresso passou por correição.



2.9 Monte Alegre

Em Monte Alegre a correição ocorreu na Vara Única e nos 2 (dois) Serviços Extrajudiciais da Sede, e ainda no Único Ofício de Maicuru.

2.10 Acará

Na Comarca de Acará a correição ocorreu na Vara única e nos 4 (quatro) serviços extrajudiciais.



2.11 Marabá

Em Marabá os trabalhos abrangeram a Direção do Fórum, (11) Varas, 4 (três) Cíveis, 3 (três) Criminais, uma Privativa de Execução Penal, Vara Agrária e Juizado Adjunto do Meio Ambiente, 2 Varas de Juizado e Cejusc.. Quanto aos serviços extrajudiciais foram 4 (quatro) serventias extrajudiciais correcionadas, abrangendo o da sede e o do município de Nova Ipixuna.

A CJCI, conseguiu exclusivamente, na comarca de Marabá realizar a correição integrada, e para tanto foi realizada uma preparação dos servidores que receberam o Treinamento “ Técnicas de Negociação com ênfase em Gestão de Pessoas”

PERÍODO: 18 a 22/11/2019

- UNIDADES: DIREÇÃO DO FÓRUM
- # 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE MARABÁ
- # 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE MARABÁ
- # 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE MARABÁ
- # 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE MARABÁ
- # 1ª VARA CRIMINAL DE MARABÁ
- # 2ª VARA CRIMINAL DE MARABÁ
- # 3ª VARA CRIMINAL DE MARABÁ
- # VARA DE EXECUÇÃO PENAL DE MARABÁ
- # VARA AGRÁRIA DE MARABÁ E JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DO MEIO AMBIENTE DE MARABÁ (ADJUNTO)
- # 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MARABÁ

- # 2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MARABÁ
- # CEJUSC

AÇÕES:

- - 03/06/20 - Treinamento “Técnicas de Negociação com ênfase em Gestão de Pessoas”, com carga horária de 2h no Fórum de Marabá
- Objetivo: Dar continuidade à capacitação e desenvolvimento dos gestores do Fórum de Marabá.
- Objetivo específico: Apresentar a competência Negociação como uma ferramenta a ser utilizada na Gestão de Pessoas das Unidades Judiciais e Direção do Fórum
- Metodologia: Aula expositiva e dialogada, com aplicação de questionário ativo através de aplicativo de celular e simulação de uma negociação em díade.
- A palestra iniciará com uma abordagem explicando o modo como a Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior está desenvolvendo um Plano de Ação que visa incrementar a comunicação e se aproximar de magistrados e servidores. Também está inserida no contexto de continuidade dos Cursos de Justiça em Números e Gestão de Unidade com ênfase em resultados.
- Professor: Juiz Rafael Maia
- 29/10/2020 - Realizada Videoconferência com os Magistrados de Marabá a respeito da Correição



2.12 Canaã dos Carajás

Na Comarca de Canaã dos Carajás, os trabalhos correccionais ocorreram nas 2 (duas) Varas Cíveis, na única Criminal. Também foram inspecionados 2 (dois) Cartórios Extrajudiciais da sede.





2.13 Xinguara

Na Comarca de Xinguara 3 (três) varas foram correccionadas, duas Cíveis e uma Criminal. O Cartório do Único Ofício de Xinguará também foi inspecionado.

2.14 São Caetano de Odivelas

Em São Caetano de Odivelas, a correção ocorreu na Vara Única. Outrossim, quatro cartórios extrajudiciais foram inspecionados.

2.15 Santo Antônio do Tauá

A Vara Única de Santo Antônio do Tauá foi correccionada juntamente com o Cartório do Único Ofício da Sede e a da Vila do Espírito Santo do Tauá.

2.16 – São Miguel do Guamá

Na Comarca de São Miguel do Guamá foi correccionada a Vara única e 5 (cinco) serventias extrajudiciais.

2.17 – Altamira

Em altamira, os trabalhos correccionais ocorreram nas 2 (duas) Varas Cíveis, na única criminal e no Juizado. Também foram inspecionados 3 (três) cartórios extrajudiciais da sede e o Cartório do Município de Vitória do Xingu.

2.18 - Conceição do Araguaia

Na Comarca de Conceição do Araguaia foram correccionadas a 1ª e 2ª Varas de Conceição do Araguaia e a Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de Conceição do Araguaia.



CORREIÇÕES E INSPEÇÕES 2019/2021**1 - Quadros simplificados por ano de ocorrência****1.1 - Demonstrativo ano 2019**

DATA	COMARCA	UNIDADE JUDICIÁRIA	UNIDADE EXTRAJUDICIAL
1 25 a 29/03	Cametá	- 1ª Vara de Cametá - 2ª Vara de Cametá	- Cartório do 1º Ofício - Sede - Cartório do 2º Ofício - Sede - Cartório do 3º Ofício - Sede - Cartório da Vila de Curuçambaba - Cartório do Distrito De Juana Coeli - Cartório da Vila Do Carmo - Cartório de São Raimundo dos Furtados - Cartório da Vila do Carapajó - Cartório da Vila de Juaba
2 22 a 26/04	Bragança	1ª Vara Cível e Empresarial de Bragança - 2ª Vara Cível e Empresarial de Bragança - Vara Criminal de Bragança - Juizado Especial Cível e Criminal de Bragança	- Cartório do 1º Ofício - Sede - Cartório do 2º Ofício - Sede - Cartório do 3º Ofício - Sede - Cartório da Vila Nova Mocajuba - Cartório da Vila do Treme - Cartório da Vila do Tijoca - Cartório de Caratateua - Cartório de Bacuriteua - Cartório da Vila do Almoço - Cartório Tracuateua - Sede - Cartório da Vila Fátima - Tracuateua - Cartório da Vila de Nova Canindé
3 06 a 10/05	Igarapé-Miri	Vara Única	- Cartório do 1º Ofício - Cartório do 2º Ofício. - Cartório do Único Ofício do Rio Mereu - Cartório do Único Ofício d Vila Maiautá - Cartório Silva
4 27/05 a 01/06	Marapanim	Vara Única	- Cartório do Único Ofício
5 24 a 28/06	Baião	Vara Única	- Cartório do Único Ofício de Baião - Cartório do Único Ofício da Vila Umarizal - Cartório do Único Ofício de Matacurá
6 05 a 07/08	São Felix do Xingu	Vara Única	- Cartório do Único Ofício - Sede

DATA	COMARCA	UNIDADE JUDICIÁRIA	UNIDADE EXTRAJUDICIAL
7 07 a 09/08	Ourlândia do Norte	Vara Única	- Cartório do Único Ofício - Sede
8 20 a 27/09	Novo Progresso	- Vara Cível de Novo Progresso - Vara Criminal de Novo Progresso	- Cartório do 1º do Ofício - Sede. - Cartório do 2º do Ofício - Sede. - Cartório do Único Ofício de Maicuru - Cartório do Distrito de Castelo dos Sonhos
9 30/09 a 04/10	Monte Alegre	Vara Única	- Cartório do 1º Ofício - Sede - Cartório do 2º Ofício - Sede - Cartório do Único Ofício de Maicuru
10 02 a 06/12	São Miguel do Guamã	Vara Única	- Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis (Antigo 1º Ofício - Sede) - Cartório do 1º Ofício de Registro Civil De Pessoas Naturais, de Registro de Títulos e Documentos e Civil De Pessoas Jurídicas e de Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos (Antigo 2º Ofício - Sede). - Cartório de Registro Civil do Caju - Cartório do Distrito de Urucuriteua - Cartório da Vila Urucurí
11 21 a 25/10	Acará	Vara Única	- Cartório Taveira /Ofício Único - Cartório do Distrito de Guajará-Miri - Cartório do Único Ofício do Distrito do Rio Jarupariteua - Cartório do Único Ofício do Rio Araxiteua
12 18 a 22/11	Marabá	- 1ª Vara Cível e Empresarial de Marabá - 2ª Vara Cível e Empresarial de Marabá - 3ª Vara Cível e Empresarial de Marabá - 1ª Vara Criminal de Marabá - 2ª Vara Criminal de Marabá - 3ª Vara Criminal de Marabá - Vara de Execução Penal de Marabá - Vara Agrária de Marabá e Juizado Especial Criminal do Meio Ambiente de Marabá	- Cartório do 2º Ofício - Sede - Cartório do Distrito de Morada Nova - Cartório do Único Ofício de Bom Jesus do Tocantins - Sede - Cartório do Único Ofício de Nova Ipixuna

DATA	COMARCA	UNIDADE JUDICIÁRIA	UNIDADE EXTRAJUDICIAL
13 25 a 27/11	Canaã dos Carajás	- 1ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás - 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás - Vara Criminal de Canaã dos Carajás	- Cartório do 1º Ofício – Sede - Cartório do 2º Ofício - Sede
14 27 a 29/11	Xinguara	- 1ª Vara Cível e Empresarial de Xinguara - 2ª Vara Cível e Empresarial de Xinguara - Vara Criminal de Xinguara	- Cartório do Único
15 02 a 04/12	São Caetano de Odivelas	Vara Única	- Cartório do Único Ofício – Sede - Cartório do Povoado de Rio Branco - Distrito de Perseverança - Cartório da Vila São João dos Ramos
16 04 a 06/12	Santo Antônio do Tauá	Vara Única	- Cartório do Único Ofício – Sede - Cartório da Vila do Espírito Santo do Tauá

1.2 – Demonstrativo ano 2020

DATA	COMARCA	UNIDADE JUDICIÁRIA	UNIDADE EXTRAJUDICIAL
1 10 a 14/02	Altamira/ Vitória do Xingu	1ª Vara Cível e Empresarial de Altamira - 2ª Vara Cível e Empresarial de Altamira - Vara Criminal de Altamira - Juizado Especial Cível e Criminal de Altamira	- Cartório do 1º Ofício – Sede - Cartório do 2º Ofício – Sede - Cartório do 3º Ofício – Sede - Cartório do Município de Vitória do Xingu
1 23 a 27/11	Conceição do Araguaia	1ª Vara de Conceição do Araguaia; - 2ª Vara de Conceição do Araguaia; - Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de Conceição do Araguaia;	
2 13 a 15/01	Ourlândia do Norte (inspeção)	- Vara Única	

2 – Correições ordinárias virtuais – 2019/2020

Especificamente às correições ordinárias virtuais, planejadas e realizadas nas Comarcas de menor porte, foram correcionadas 4 unidades judiciais e 16 comarcas com serviços extrajudiciais no biênio.

2.1 – Correições virtuais judiciais – 2019

DATA	COMARCAS DE VARA ÚNICA
29/04 a 01/05	Bonito
19 a 23/08	Anapú

2.2 – Correições virtuais judiciais – 2020

DATA	COMARCAS	UNIDADES JUDICIÁRIAS
14 a 18/09	Tailândia	1ª Vara de Tailândia 2ª Vara de Tailândia
19 a 13/10	Salvaterra	Vara Única

2.3 – Correições virtuais extrajudiciais – 2020

DATA	COMARCA	UNIDADES EXTRAJUDICIAIS
10 e 11/08	Conceição do Araguaia	Cartório do Único ofício – sede Cartório de Registro Civil de Floresta do Araguaia - Sede
13/08	Santana do Araguaia	Cartório do Único Ofício - Sede
18, 19 e 20/08	Santarém	Cartório do 1º ofício - Sede Cartório do 2º Ofício – Sede Cartório do 3º Ofício - Sede
24 e 25/08	Parauapebas	Cartório do 1º Ofício – Sede Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis - Sede
27/08	Curionópolis	Cartório do Único Ofício – Sede
31/08 a 01/09	Novo Repartimento	Cartório do Único Ofício – Sede
03/09	Paragominas	- Cartório do Único Ofício de Paragominas - Cartório do 2º Ofício

DATA	COMARCA	UNIDADES EXTRAJUDICIAIS
08/09	Ulianópolis	- Sede
09 e 10/09	Tucuruí	Cartório do 1º ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais, de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas e de Registro de Imóveis - Sede - Cartório do 1º Ofício de Tabelionato de Notas e de Protesto de Títulos - Sede
15, 16 e 17/09	Barcarena	- Cartório do Único Ofício - Sede
22/09	Santa Maria do Pará	- Cartório do Único Ofício - Sede
23/09	Vigia de Nazaré	- Cartório do 1º Ofício - Sede - Cartório do 2º Ofício - Sede
24/09	Mãe do Rio	Cartório do Único Ofício - Sede
30/08 a 01/10	Capanema	- Cartório do 1º Ofício - Sede - Cartório do 2º Ofício - Sede Cartório do 3º Ofício - Sede
06, 07 e 08/10	Itaituba	- Cartório do 1º Ofício - Sede - Cartório do 2º Ofício - Sede
14/10	Prainha	Cartório do Único Ofício - Sede

3. Correições Extraordinárias

Extraordinariamente foram realizadas apenas 2 (duas) correições, porém na seara extrajudicial, nas comarcas de Marabá e Itupiranga, com objeto e destinação específicos, nas serventias do 1º Ofício de Notas e Registro de Imóveis de Marabá e no único ofício de Itupiranga.

DATA	COMARCAS	
13 a 23/08	Marabá Itupiranga	

ATIVIDADE EXTRAJUDICIAL

1 – Recadastramento de Serventias Extrajudiciais

O Serviço Extrajudicial sofreu grandes avanços ao se proceder o recadastramento das serventias extrajudiciais em um novo sistema entregue pela Secretaria de Informática, e elaborado em conjunto com as corregedorias da Região Metropolitana e do Interior e com a Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

2 – Reescolha de Serventias Extrajudiciais

No dia 03 de fevereiro de 2019, no Fórum Cível de Belém, a Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior co-gerenciou a audiência pública para reescolha de serventias extrajudiciais de notas e de registro do Estado do Pará, nas modalidades ingresso por remoção e por provimento. A audiência decorreu como ato final do concurso público deflagrado pelo Edital nº. 001/2015.



As 78 serventias disponíveis para reescolha haviam sido ofertadas em sessão de reescolha realizada no ano de 2018, porém, diante da desistência dos candidatos, seus provimentos restaram frustrados, razão pela o Tribunal de Justiça do Estado do Pará realizou a segunda audiência de reescolha para preenchimentos dos serviços.

A comissão examinadora do concurso com-

posta pela juíza auxiliar da presidência do TJPA, Luana Santalices, pelo juiz coordenador da Central de Comunicação Interna e Apoio à Magistratura, Lúcio Guerreiro, pelas juízas auxiliares da Corregedoria das Comarcas do Interior Kátia Parente Sena e Patrícia Sá Moreira e pelo juiz corregedor da Região Metropolitana, José Antônio Ferreira Cavalcante, presidiu a audiência.



Os candidatos foram chamados a manifestar seu interesse pela ordem de classificação. Cada candidato teve dois minutos para fazer a escolha de sua serventia, para renunciar à serventia na qual estiver em exercício, ou mesmo para renun-

ciar ao direito da reescolha. Ao total, 391 candidatos foram classificados a participar da audiência, sendo 11 destes pelo critério de remoção, 372 pelo critério de provimento e 8 pessoas com deficiência (PCD).



A portaria com o resultado da reescolha foi publicada na edição do dia 4 de fevereiro de 2020 do Diário da Justiça Eletrônico (DJE), dada em que se promoveu no Fórum Cível de Belém a investitura

de 44 candidatos nas serventias escolhidas após assinaram o termo de investidura, que os tornou aptos a exercerem suas funções nos cartórios escolhidos na audiência de reescolha de serventias.



3 – Medidas para o serviço extrajudicial durante a Pandemia.

Durante o período de distanciamento social, decorrente da pandemia causada pelo novo coronavírus (Covid-19), as Corregedorias editaram normas e orientações destinadas ao serviço extrajudicial, Provimentos Conjuntos n°s 004, 005, 006, 007, 008, 009, 010 e 012/2020-CJRMB/CJCI.

Normas referentes ao atendimento ao público dos serviços cartorários e à prática de atos notariais e de registros públicos durante o período de distanciamento social, decorrente da pandemia causada pelo novo coronavírus (Covid-19), foram disponibilizadas na edição do Diário da Justiça Eletrônico, por meio do Provimento Conjunto n°. 5/2020, emitido pela Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém e pela Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA).

Os serviços extrajudiciais de notas e de registro prestados pelos cartórios são considerados essenciais para o exercício da cidadania, para a circulação da propriedade, para a obtenção e recuperação de crédito, entre outros direitos. Conjuntamente, são indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, frisa o documento, que também considera que, se não atendidas, colocam em perigo iminente a sobrevivência, a saúde, a segurança e a própria vida dos cidadãos.

O provimento estabeleceu ainda que, em caso de suspensão do atendimento presencial ao público no âmbito das serventias notariais e registras do estado, os tabeliães e registradores deverão cumpri-la, de acordo com as orientações das autoridades locais da sede da serventia, estaduais e nacionais de Saúde Pública, exceto no caso de atos inerentes aos plantões ordinários do Registro Civil de Pessoas Naturais e em situações de urgência, que serão avaliadas pelo responsável titular ou interino da serventia.



4 - Incentivo ao Protesto Extrajudicial

A Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), iniciou campanha para incentivar a utilização de protesto extrajudicial das decisões judiciais transitadas em julgado. O instrumento é responsável por formalizar a existência e o não pagamento de uma dívida de forma acessível e rápida às partes.

A iniciativa cumpre determinação da Corregedoria Nacional de Justiça, que impôs às Corregedorias dos Tribunais a Diretriz Estratégica 3, que consiste em estimular tal prática.

O protesto de sentença transitada em julgado está expressamente previsto no art. 517, do novo Código de Processo Civil, e consiste em protestar um crédito conferido em sentença transitada em julgado, ajudando o apresentante (credor) a receber os valores que lhes foram confirmados na decisão judicial.

A ferramenta está sob a efetiva fiscalização do Poder Judiciário e encontra-se disposta no art. 389,

§ 2º do Provimento Conjunto nº 002/2019-CJRM/CJCI- Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Pará, possibilitando assim a desjudicialização da fase executiva, o que torna desnecessária a instauração da fase de cumprimento de sentença.

5 - Autorização de Retificação de Registro

Os registradores civis de pessoas naturais do Estado do Pará foram autorizados a realizarem administrativamente os procedimentos para retificação de Registro de Óbito, nos quais tenha constado como a causa da morte “suspeita de COVID-19”, “COVID-19”, ou não constou referência à COVID-19, para excluir ou incluir essa causa da morte. A autorização foi concedida no Provimento Conjunto nº. 9/2020 das Corregedorias de Justiça da Região Metropolitana de Belém e das Comarcas do Interior do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA).



Assinado pelas desembargadoras corregedoras Maria de Nazaré Saavedra e Diracy Nunes Alves no dia 3 de junho, o ato conjunto informa que qualquer pessoa legitimada nos termos do artigo 79 da Lei de Registros Públicos (nº 6.015/73) tem legitimidade para requerer ao registrador civil de pessoas naturais o procedimento administrativo de retificação de Registro de Óbito.

São pessoas legitimadas pela lei: o chefe de família, a respeito de sua mulher, filhos, hóspedes, agregados e fâmulos; a viúva, a respeito de seu marido, e de cada uma das pessoas indicadas no número antecedente; o filho, a respeito do pai ou da mãe; o irmão, a respeito dos irmãos e demais pessoas de casa, indicadas no nº 1; o parente mais próximo maior e presente; o administrador, diretor ou gerente de qualquer estabelecimento público ou particular, a respeito dos que nele faleceram, salvo se estiver presente algum parente em grau acima indicado; na falta de pessoa competente, como os já mencionados anteriormente, a que tiver assistido aos últimos momentos do finado, o médico, o sacerdote ou vizinho que do falecimento tiver notícia; ou ainda a autoridade policial, a respeito de pessoas encontradas mortas.

A medida das Corregedorias do TJPA levou em consideração a necessidade de se manter a prestação dos serviços de registros de pessoas naturais de forma eficiente nos dias e horários estabelecidos pela autoridade competente e a Portaria Conjunta nº. 1, de 30 de março de 2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que trata dos procedimentos excepcionais para sepultamento e cremação de corpos durante a pandemia do coronavírus, com a Declaração de Óbitos emitida pelas unidades de saúde, nas hipóteses de ausência de

familiares ou de pessoas conhecidas do obituado ou em razão da exigência de saúde pública.

Além disso, foi levado em conta o artigo 78 da Lei de Registros Públicos, no sentido de que o registro civil do óbito poderá ser lavrado de forma diferida ante a existência de motivo relevante e que o artigo 110 da mesma lei estabelece que os erros que não exijam qualquer indagação para a constatação imediata de necessidade de sua correção poderão ser corrigidos de ofício pelo oficial de registro no próprio cartório, no qual se encontrar o assentamento, mediante petição assinada pelo interessado, representante legal ou procurador, independentemente de pagamento de selos e taxas, após manifestação conclusiva do Ministério Público

O provimento conjunto considerou, ainda, que o CNJ conferiu às Corregedorias dos Estados e do Distrito Federal o dever de regulamentar os procedimentos e outras especificidades relativas à execução da Portaria nº. 1 do CNJ, assim como a necessidade de adequação dos atos já editados por esta Corregedoria às disposições do CNJ, e de se preservar a uniformização nacional do protocolo de anotação da causa mortis relacionada às doenças respiratórias nos procedimentos de retificação dos Registros de Óbitos por todos os serviços de registro civil do Estado do Pará.

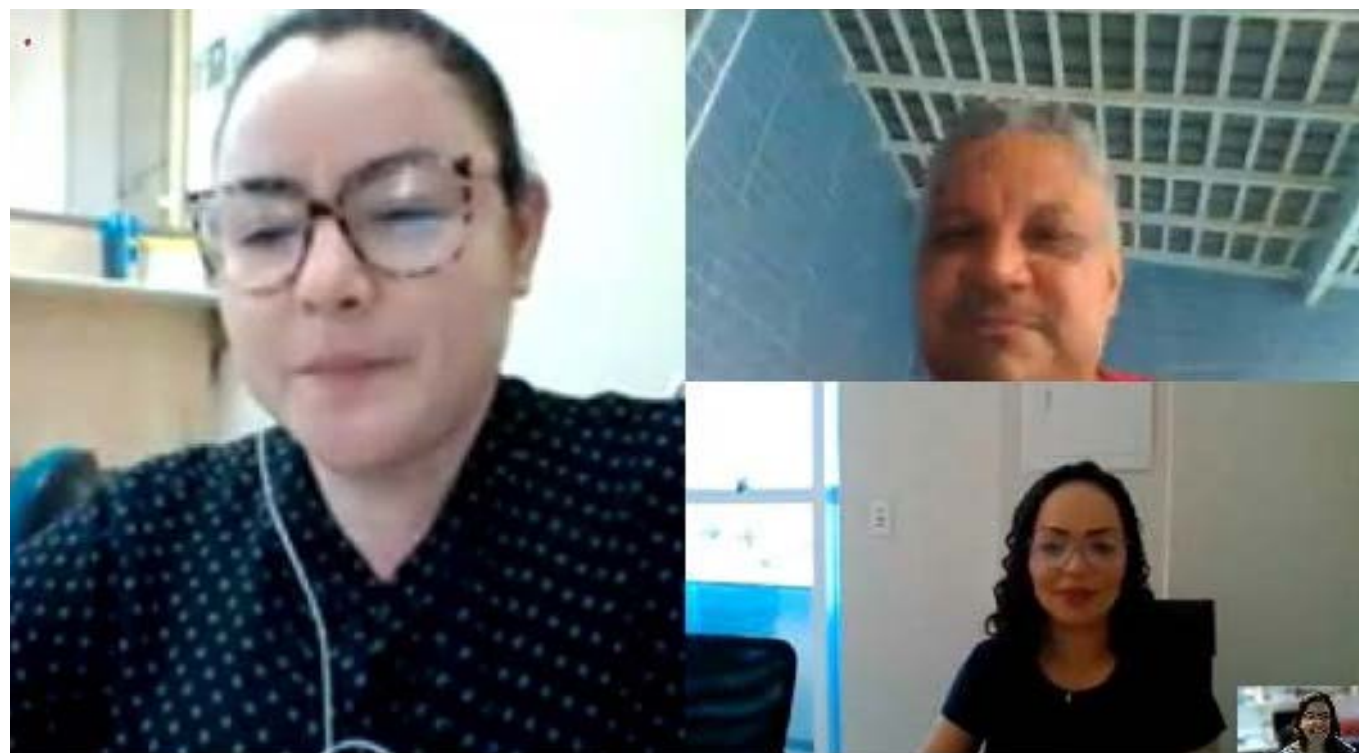
6 - Correição Extrajudicial Virtual

Diante da pandemia da Covid-19, a Corregedoria das Comarcas do Interior realizou no 2º semestre de 2020, correição extrajudicial com fim de fiscalizar e orientar serventias do interior do Estado.

O Edital nº 07/2020-CJCI, publicado do Diário de Justiça Eletrônico de 05/8/2020, divulgou o cronograma que alcançou as seguintes comarcas: Conceição do Araguaia, Santana do Araguaia,

Santarém, Parauapebas, Curionópolis, Novo Repartimento, (Paragominas, Ulianópolis, Tucuruí, Barcarena, Santa Maria do Pará, Mãe do Rio, Capanema, Itaituba, Prainha, Redenção, São Geraldo do Araguaia.

A juíza auxiliar da CJCI, Kátia Parente Sena, foi designada presidir os trabalhos, que contou com o apoio técnico da equipe de correição da CJCI e da Divisão de Arrecadação Extrajudicial da Secretaria de Planejamento do TJPA.



NORMATIZAÇÃO

Provimentos editados

PROVIMENTOS DA CJCI - 2019

PROVIMENTO Nº 01/2019-CJCI - Dispõe sobre a realização conjunta do plantão judiciário durante o recesso forense de fim de ano nas comarcas de Marabá, e São João do Araguaia

PROVIMENTO Nº 02/2019-CJCI - Dispõe sobre a realização conjunta do plantão judiciário durante o recesso forense de fim de ano nas comarcas de Parauapebas, Canaã dos Carajás, Eldorado dos Carajás e Curionópolis

PROVIMENTOS CONJUNTOS CJRMB/CJCI - 2019

PROVIMENTO CONJUNTO Nº 003/2019 - CJRMB/CJCI - Acrescenta no Livro Ii (Dos Tabelionato de Notas), Título III, do Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Pará, o Capítulo XIV intitulado "DAS CARTAS DE SENTENÇA"

PROVIMENTO CONJUNTO Nº 004/2019 - CJRMB/CJCI - Acrescenta e altera dispositivos ao Provimento Conjunto nº 02/2019 - Código de Normas do Serviços Notarial e Registral do Estado do Pará.

PROVIMENTO CONJUNTO Nº 005/2019 - CJRMB/CJCI - Implanta o Módulo informatizado de Prestação de Contas das receitas e despesas das Serventias Vagas do Estado do Pará.

PROVIMENTO CONJUNTO Nº 006/2019 - CJRMB/CJCI - Altera os artigos 134 e 141 do Código de Normas dos Serviços Notariais e Registrais do Estado do Pará - CNSNR, e dá outras providências.

PROVIMENTO CONJUNTO Nº 007/2019 - CJRMB/CJCI - Dispõe sobre a possibilidade de pagamento postecipado de emolumentos, acréscimos legais e demais despesas, devidos pela apresentação de títulos ou outros documentos de dívida para protesto e dá outras providências.

PROVIMENTO CONJUNTO Nº 008/2019 - CJRMB/CJCI - Altera o artigo 757, item I, do Código de Normas dos Serviços Notariais e Registrais do Estado do Pará - CNSNR, e dá outras providências.

PROVIMENTO CONJUNTO Nº 009/2019 - CJRMB/CJCI - Dispõe sobre as normas gerais atinentes às Centrais de Mandados e dá outras providências.

PROVIMENTO CONJUNTO Nº 010/2019 - CJRMB/CJCI - Dispõe sobre a atualização monetária das Tabelas de Emolumentos anexas à Lei Estadual nº 8.331, de 29 de dezembro de 2015, e dá outras providências.

PROVIMENTOS CONJUNTOS CJRMB/CJCI - 2020

PROVIMENTO CONJUNTO Nº 001/2020 - CJRMB/CJCI - Alterar o §1 do art. 8º, art. 9º e art. 15, do Provimento Conjunto nº 009/2019-CJRMB/CJCI.

PROVIMENTO CONJUNTO Nº 002/2020 - CJRMB/CJCI - Altera o Artigo 1.092, inciso VIII, do Código de Normas dos Serviços Notarias e Registrais do Estado do Pará - CNSNR e dá outras providências.

PROVIMENTO CONJUNTO Nº 003/2020 - CJRMB/CJCI - Implanta o uso obrigatório do Sistema PJe-Cor, do Conselho Nacional de Justiça, no âmbito das Corregedorias de Justiça do TJPA e dá outras providências.

PROVIMENTO CONJUNTO Nº 004/2020 - CJRMB/CJCI - Dispõe sobre medidas de prevenção a serem adotadas nos Serviços Extrajudiciais de Notas e de Registro do Estado do PARÁ em relação ao vírus COVID-19.

PROVIMENTO CONJUNTO Nº 005/2020 - CJRMB/CJCI - Dispõe sobre o atendimento ao público e a prática de atos notariais e de registros públicos durante o período de distanciamento social decorrente da crise pandêmica causada pelo novo coronavírus (Covid 19), e dá outras providências.

PROVIMENTO CONJUNTO Nº 006/2020 - CJRMB/CJCI - Prorroga para o dia 31 de maio de 2020 os

prazos de vigência dos Provimentos Conjuntos nº 04/2020, de 23 de março de 2020 e Provimento Conjunto nº 005/2020-CJRM/CJCI, de 29 de abril de 2020, que poderão ser ampliados ou reduzidos por ato destas Corregedorias, caso necessário.

PROVIMENTO CONJUNTO Nº 007/2020 - CJRM/CJCI - Dispõe sobre a prorrogação para o dia 14 de junho de 2020 dos prazos de vigência do Provimento Conjunto nº 004/2020-CJRM/CJCI, de 23 de março de 2020, e do Provimento Conjunto nº 005/2020-CJRM/CJCI, de 29 de abril de 2020, ambos prorrogados pelo Provimento Conjunto nº 006/2020-CJRM/CJCI, de 14 de maio de 2020, e que poderão ser ampliados ou reduzidos por ato das Corregedorias de Justiça do Estado do Pará, caso necessário.

PROVIMENTO CONJUNTO Nº 008/2020 - CJRM/CJCI - Dispõe sobre a obrigatoriedade anual de realização e os itens obrigatórios de inspeção e fiscalização nos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Pará.

. PROVIMENTO CONJUNTO Nº 009/2020 - CJRM/CJCI - Autoriza os Serviços de Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado do Pará a realizar administrativamente os procedimentos de retificação de Registros de Óbitos cujas certidões foram expedidas em decorrência da infecção humana provocada pelo novo Coronavírus (Sars-Cov-2), em conformidade com a Portaria Conjunta nº 1 de 30/03/2020 do CNJ; artigos 78, 79 e 110 da Lei nº 6.015/73; e dá outras providências.

PROVIMENTO CONJUNTO Nº 010/2020 - CJRM/CJCI - Dispõe sobre a prorrogação para o dia 30 de junho de 2020 dos prazos de vigência do Provimento Conjunto nº 004/2020-CJRM/CJCI, de 23 de março de 2020, e do Provimento Conjunto nº 005/2020-CJRM/CJCI, de 29 de abril de 2020, ambos prorrogados pelo Provimento Conjunto nº 006/2020-CJRM/CJCI, de 14 de maio de 2020, e do Provimento Conjunto nº 007/2020-CJRM/CJCI, de 29 de maio de 2020, e que poderão ser ampliados ou reduzidos por ato das Corregedorias de Justiça do Estado do Pará, caso necessário.

PROVIMENTO CONJUNTO Nº 011/2020 - CJRM/CJCI - Dispõe sobre a utilização e o funcionamento do sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJeCor) nas Corregedorias de Justiça do Estado do Pará.

PROVIMENTO CONJUNTO Nº 012/2020 - CJRM/CJCI - Dispõe sobre a prorrogação para o dia 31 de dezembro de 2020 dos prazos de vigência do Provimento Conjunto nº 004/2020-CJRM/CJCI, de 23 de março de 2020, e do Provimento Conjunto nº 005/2020-CJRM/CJCI, de 29 de abril de 2020, ambos prorrogados pelo Provimento Conjunto nº 006/2020-CJRM/CJCI, de 14 de maio de 2020, Provimento Conjunto nº 007/2020-CJRM/CJCI, de 29 de maio de 2020, e Provimento Conjunto nº 010/2020-CJRM/CJCI, de 10 de junho de 2020, e que poderão ser ampliados ou reduzidos por ato das Corregedorias de Justiça do Estado do Pará, caso necessário.

IMPLANTAÇÃO DO PJE COR

Atendendo à Meta 1 de 2020, imposta pela Corregedoria Nacional de Justiça, foi implementado no âmbito das Corregedorias por meio do Provimento Conjunto nº 03/2020 o sistema Processo Judicial Eletrônico das Corregedorias (PJeCor).

O Tribunal de Justiça do Estado do Pará foi selecionado pela Corregedoria Nacional de Justiça para participar da fase de projeto-piloto da implantação do sistema Processo Judicial Eletrônico das Corregedorias (PJeCor).

A juíza auxiliar da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior do Tribunal de Justiça do Pará, Katia Parente Sena, e os servidores Samuel Guimarães e Rodrigo Medeiros, participam, em Brasília, do treinamento sobre o sistema Processo Judicial Eletrônico das Corregedorias (PJeCor), realizado pelo Conselho Nacional de Justiça. O treinamento abrangeu a utilização de módulos e detalhes técnicos de administração e configuração do sistema.





A atuação das corregedorias de Justiça do Judiciário paraense sobre o uso e o fluxo do sistema PJeCor, que utiliza a plataforma de Processo Judicial Eletrônico nos procedimentos administrativos das corregedorias, foi destacada no III Fórum Nacional de Correged

dores de Justiça (III FONACOR), realizado virtualmente em 08/06/2020, quando as Corregedorias alcançaram o melhor índice de fluxo de feitos dentre 10 tribunais, contando com quase 2,5 mil procedimentos em tramitação eletrônica.

No Webinar Processo Judicial Eletrônico das Corregedorias (PJeCor), realizado pela Corregedoria Nacional de Justiça, com o objetivo de disseminar o conhecimento sobre o siste-

ma, a MM. Juíza Auxiliar da CJCI, Kátia Parente Sena expôs a experiência do TJPA com a implementação do sistema no âmbito de suas Corregedorias.



O PJeCor contribui para agilizar os trabalhos e imprimir maior transparência e padronização aos processos e procedimentos administrativos, possibilitando uma maior economia com a eliminação do papel e otimização dos recursos humanos, além de um maior controle das atividades realizadas pelas unidades correicionais.

Hoje a Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior está 100% digital, e sucesso do trabalho de deu em razão de uma construção coletiva pelas equipes que se conectam em reuniões e webinários por meio da ferramenta

Microsoft Teams.

A ferramenta foi um marco para a CJCI, pois a inovação proporcionou maior agilidade, segurança, a eliminação do uso de papel, bem como, maior controle das atividades empreendidas pelo Órgão Correicional. As vantagens da ferramenta PJeCor são inúmeras e incontestáveis e, por isso, foi necessário incluir no plano de ação da CJCI uma atividade objetivando a digitalização de todos os processos e expedientes físicos existentes com o retorno das atividades presenciais.

REUNIÕES VIRTUAIS

Reunião preparatória de Correição

O novo perfil de correição teve como aliado o sistema de reuniões por meio da plataforma de comunicação Microsoft Teams, que passou a ser utilizado pela CJCI como um canal rápido de diá-

logo com os magistrados do interior, permitindo que antes das correições pudéssemos repassar orientações aos magistrados sobre a forma como os trabalhos seriam conduzidos.



Orientação e panorama sobre a Covid – Ações de saúde

Com o objetivo de trocar experiências e orientar, além da necessidade de se conhecer a conjuntura atual das ações de saúde nas comarcas do interior referentes ao Coronavírus, a CJCI

promovei reunião virtual, por videoconferência, com magistrados que desenvolvem suas funções judicantes em Varas com competência de Fazenda Pública atuantes em ações de saúde pública.

Na oportunidade ressaltou-se a importância do debate sobre as ações implementadas relativas ao coronavírus, considerando o avanço da doença no Estado, e reafirmou que a Corregedoria está à disposição dos magistrados e das comarcas para

o desenvolvimento dos trabalhos nesse período difícil que a sociedade enfrenta. Na reunião, os magistrados fizeram relatos da situação em suas respectivas Varas e apresentaram um panorama sobre o coronavírus nas suas comarcas.



A reunião contou com a participação, além da desembargadora Diracy Alves, da juíza auxiliar da CJCI Kátia Parente Sena; do juiz Homero Lamarão Neto, doutor em Direito pela UFPA e Vice-Coordenador do Comitê Estadual de Saúde (PA); do juiz Enguellyes Torres de Lucena, da 1ª Vara de Breves; da juíza Andrea Aparecida de Almeida Lopes, da 3ª vara Cível e Empresarial

de Marabá; da juíza Fernanda Azevedo Lucena, da 1ª Vara de Paragominas; da juíza Leonila Maria de Melo Medeiros, da 1ª Vara de Redenção; do juiz Clayton Passos Ferreira, da 6ª Vara de Santarém; do juiz Thiago Cendes Escorcio, da 1ª Vara Cível de Tucuruí; e do juiz Vinicius Pacheco de Araújo, da 3ª Vara Cível e Empresarial de Altamira.



PROJETO RENOVAR

A Corregedoria das Comarcas do Interior implementou na Vara Criminal de Bragança e na Vara Única de Oriximiná o Projeto Renovar voltado para uma gestão eficiente, dinâmica e célere objetivando

a observância do processo, previsto no art. 5º, inciso LXXVIII, da CF/88, conferindo maior rapidez à tramitação processual, além da observância do princípio constitucional da eficiência (art. 37 da CF/88).





CURSO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E SINDICÂNCIA

A Corregedoria das Comarca do Interior promoveu nos dias 11 e 12 de setembro de 2019, curso de processo administrativo disciplinar e sindicância ministrado pela professora Ana Maria Ba-

rata, professora da Universidade Federal do Pará, Mestre em Direito Administrativo pela UFPA e especialista na área disciplinar.

O Curso objetivou a atualização de comissões



disciplinares e servidores públicos sobre as fases do Processo Disciplinar, promovendo discussões e debates sobre a matéria, abordando os aspectos complexos sobre a matéria, bem como a in-

terpretação doutrinária e jurisprudencial sobre o assunto. Tratou ainda sobre os aspectos práticos procedimentais disciplinares visando evitar nulidades nos processos sancionatórios.



ENCONTROS

FONACOR

I FONACOR

Realizado em 27/06/2019, em Brasília, o I Fórum Nacional das Corregedorias (I Fonacor), objetivou promover a discussão e a apresentação de soluções e projetos para o enfrentamento dos

desafios dos corregedores federais, eleitorais, trabalhistas, militares e estaduais ante a realidade do Poder Judiciário.



II FONACOR

O II Fórum Nacional das Corregedorias (II Fonacor), realizado em 10/10/2019, em Brasília, teve como temáticas PJeCor, inspeções, extrajudicial e procedimentos disciplinares, e conclui suas atividades com a edição da Carta de Brasil, obje-

tos de discussão e aprovação de metas durante a realização do XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário que ocorreu nos dias 25 e 26/11/2019, em Maceio-AL.



III FONACOR

O III Fórum Nacional das Corregedorias (II Fonacor), realizado virtualmente em 10/06/2020, promoveu a discussão e apresentação de soluções e projetos para o enfrentamento dos desafios atuais do Corregedores, e trouxe como

destaque a regulamentação e cronograma de implantação do PJeCor, sistema de controle de pagamento para magistrados, resultado das inspeções da corregedoria nacional e ações da corregedoria nacional em favor da cidadania.

2ª REUNIÃO PREPARATÓRIA PARA O XIII ENCONTRO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

O Conselho Nacional de Justiça realizou, no dia 28 de agosto de 2019, a 2ª Reunião Preparatória para o XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, na sede do Tribunal Superior Eleitoral, em Brasília/DF.

O evento teve como objetivos apresentar as propostas de Macrodesafios para Estratégia Na-

cional 2021-2026; apresentar os resultados parciais das Metas Nacionais 2019; discutir e consolidar as propostas de Metas Nacionais e Metas Específicas pelos segmentos de justiça, bem como divulgar os dados do Relatório Justiça em Números 2019 (ano-base-2018) e debater seus resultados.



XIII ENCONTRO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

A 13ª Edição do Encontro Nacional do Poder Judiciário foi realizada no dia 26/11/2019 em Maceio/AL, com debates e reflexões sobre temas re-

levantes para Justiça brasileira, e aprovação das Metas do Poder Judiciário para 2020 e os macro-desafios do Judiciário para o período 2021-2026.



80º ENCONTRO DO COLÉGIO PERMANENTE DE CORREGEDORES GERAIS DO TRIBUNAIS DO BRASIL (ENCOGE)

A CJI teve participação no 80º Encontro do Colégio Permanente de Corregedores Gerais do Tribunais do Brasil (Encoge), realizado 08 e 09/02/2019, em Recife, PE.

O evento teve como temática “Eficiência, gestão e Tecnologia nas Corregedorias”, e objetivou promover o intercâmbio de experiências e compartilhamento de conhecimentos entre as Corregedorias de Justiça, visando a apresentação de propostas de melhoria para uniformização e eficiência da atuação jurisdicional, além de fortalecer o papel institucional dos órgãos de controle e

correção da atividade judicial.

Na abertura do 80º Encoge, as desembargadoras Diracy Nunes Alves, Maria de Nazaré Saavedra Guimarães e Luzia Nadja Guimarães Nascimento foram condecoradas com a Medalha de Honra ao Mérito Desembargador Décio Antônio Erpen. A comenda, criada pelo Colégio Permanente de Corregedores Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil, é entregue a autoridades e personalidades eleitas pelo colegiado que tenham se destacado pelos notáveis serviços prestados às corregedorias e às causas da justiça.



**81º ENCONTRO DO COLÉGIO
PERMANENTE DE CORREGEDORES
GERAIS DO TRIBUNAIS DO BRASIL
(ENCOGE)**

16 a 18/05/2019 – SÃO PAULO



WEBINÁRIOS

WEBINÁRIO “A GESTÃO DIGITAL NA CJCI”

A Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior (CJCI) promoveu o Webinário “A Gestão Digital na CJCI” pela plataforma Microsoft Teams. Na ocasião, o juiz de Direito Fábio Póvoa, expositor do webinário, apresentou o uso da plataforma Microsoft Teams aos magistrados e servidores da Corregedoria, bem como seus aplicativos, de forma que a utilização da ferramenta possa contribuir para a melhoria dos processos de trabalho realizados pela unidade, permitindo mais

eficiência e segurança jurídica.

O webinário foi idealizado para auxiliar os usuários a melhor utilizar a plataforma, aplicada em maior escala em razão das mudanças ocorridas no plano de ação da Corregedoria para o biênio (2019-2021) mediante a pandemia do novo coronavírus, com a adoção do regime de trabalho diferenciado pelo TJPA e o desenvolvimento de atividades remotas, por meio do Sistema Processo Judicial Eletrônico das Corregedorias (PjeCor)

Participe do Webinário “A gestão digital na Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior”

- > Expositor:
**Juiz de Direito
Fábio Póvoa**
- > Público:
**Magistrados e
servidores da CJCI**
- > Data: **09/06/2020**
- > Horário: **15h**



WEBINÁRIO SOBRE PJEOR – TJPA E TJRN

Por meio da plataforma Microsoft Teams, as Corregedorias do TJPA realizaram o Webinário sobre PjeCor que teve como expositores o Dr. Diego Cabral, Juiz Auxiliar da Corregedoria do TJRN e o servidor da TI do TJRN, Paulo Porto, que contaram um pou-

co sobre a experiência da implantação do PjeCor na CGJ-RN. A exposição objetivou disseminar o conhecimento acerca do sistema, esclarecendo dúvidas técnicas e negociais da sua implantação aos Juizes Auxiliares e Servidores das Corregedorias.

Webinário sobre PJeCor
Nesta segunda-feira, dia 15. 15h.

> **Participam** Corregedorias de Justiça da RMB e do Interior do TJPA

> **Expositores:** Diego Cabral, juiz Auxiliar da Corregedoria do TJRN, e o servidor da TI do TJRN, Paulo Porto

TRANSMISSÃO PELA PLATAFORMA TEAMS.



WEBINÁRIO SOBRE JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE

As Corregedorias de Justiça promoveram uma série de três Webinários sobre Judicialização da Saúde com os seguintes temas: “Demandas internas e externas às políticas públicas do SUS”, “Plataforma de mapeamento da judicialização - demandas de saúde locais” e “Sistemas Nat-jus e e-NatJus”. Os três eventos virtuais foram voltados a magistrados, servidores do Judiciário paraense e público em geral e foram ministrados pelo coordenador do Comitê Interinstitucional de Resolução Administrativa de Demandas de Saúde (CIRADS), no âmbito do TJPA, juiz Homero Lamarão Neto, tendo a juíza auxiliar da Corregedo-

ria das Comarcas do Interior, Katia Parente Sena, como debatedora.

As capacitações objetivaram atender determinações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a respeito de demandas de saúde no Judiciário, uma vez que a Judicialização da Saúde é requisito presente no Prêmio CNJ de Qualidade. Os Webinários visaram aperfeiçoar as ações do TJPA referentes à Resolução 238/2016 do CNJ, que dispõe sobre os Comitês Estaduais de Saúde, e o Provimento da Corregedoria Nacional de Justiça 84/2019, que trata do funcionamento do Sistema Nacional de Pareceres e Notas Técnicas (e-NatJus).

WEBINÁRIO SOBRE A ATIVIDADE EXTRAJUDICIAL

As Corregedorias de Justiça do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) realizar, no período de 28 de setembro a 2 de outubro, o Webinário sobre a Atividade Extrajudicial, com o objetivo de aperfeiçoar o conhecimento e promover o debate sobre o tema. O evento teve como público alvo magistrados, tabeliães, registradores, servidores e demais público interessado na temática dos serviços extrajudiciais.

O webinário foi aberto pelas corregedoras de Justiça das Comarcas da Região Metropolitana de Belém, desembargadora Maria de Nazaré Saavedra Guimarães, e das Comarcas do Interior, desembargadora Diracy Nunes Alves. Nos cinco dias de trabalhos, o webinário contou com a participação de 17 palestrantes, dentre eles o desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), Ricardo Dip; o juiz do TJSP Vitor Kumpel; o juiz do TJPA, André Filo-Creão; além dos juízes

auxiliares da CJCRMB, José Antônio Cavalcante, e da CJCI, Kátia Parente Sena.

Foram abordados temas como “A Função do Juiz Agrário na Atividade Extrajudicial”, “Repercussões do CPC na atividade registral – principais institutos e contagem de prazos”, “Noções sobre Direito Notarial e Registral”, “As Corregedorias de Justiça e o juiz Corregedor Permanente” “PJeCOR e sistemas cadastrais das Corregedorias de Justiça”, “As Associações de Classes Extrajudiciais e os Sistemas Eletrônicos”, abordando a necessidade de modernização e informatização das serventias, “Breves ponderações sobre Regularização Fundiária”, “Direito do trabalho, previdenciário e tributário aplicados aos cartórios”, “Acompanhamento e Fiscalização Administrativa e Financeira da Atividade Extrajudicial pela Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças – SEPLAN”, dentre outros.

WEBINÁRIO SOBRE A ATIVIDADE EXTRAJUDICIAL

PERÍODO DE INSCRIÇÃO:

18 A 27 DE SETEMBRO DE 2020



Juiz André Filo-Creão, do TJPA, ministrou a palestra “Função do Juiz Agrário na Atividade Extrajudicial”.



Palestra “Noções do Processo Administrativo Disciplinar” proferida pela Mestra Ana Maria Barata



Palestra de abertura do webinar, “Noções sobre Direito Notarial e Registral”, proferida ministrada pelo juiz Vitor Kümpel

PRODUTIVIDADE

Quadro simplificado

	2019	2020
EXPEDIENTES		
Cartas de ordem	0	2
Comunicados / avisos	211	163
Decisões / despachos	5.541	6.200
Editais	9	8
Notificação	7	1
Ofício / memorando	5.908	1.102
Ofício circular	186	170
Ofício circular conjunto	8	8
Pedido de providência / reclamação / representação	1.450	1.848
Procedimento administrativo disciplinar (pad)	19	64
Portarias	166	96
Portarias conjuntas	1	75
Promoções/Remoções	20	62
Provimentos	2	0
Provimentos conjuntos	14	10
Recomendação conjunta	0	1
Sindicância / procedimento de investigação preliminar (pip)	41	42
Vitaciliamentos	5	6

Expediente

Produzido pela Coordenadoria de Imprensa do TJPA

Edição de arte
Airton Nascimento

